

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.495.093 - SP (2019/0121795-8)

RELATOR : **MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
AGRAVANTE : M R B
ADVOGADO : CYRO ROBERTO RODRIGUES GONÇALVES JUNIOR -
SP155295
AGRAVADO : M F G
ADVOGADO : CELSO DALRI - SP084777

DECISÃO

Vistos, etc.

Trata-se de agravo interposto por M R B de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo que negou seguimento ao seu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, contra acórdão assim ementado (e-stj fls. 874):

*União estável. Sentença de parcial procedência. Partilha de bens. Imóvel adquirido na constância da união. Ausência de contrato escrito estipulando incomunicabilidade do patrimônio (art. 5º da Lei nº 9.278/96). Discussão relativa à administração e distribuição de lucros de sociedade empresária que deve ser deduzida em ação própria.
Recurso desprovido.*

Nas razões do recurso especial, a parte alega contrariedade ao artigo 5º, caput, parte final da Lei nº 9.278/96. Busca a parte recorrente "restabelecer os efeitos da escritura de venda e compra lavrada pelo competente Tabelião de Notas como fruto de uma estipulação válida e regular realizada pelos companheiros, à luz da legislação então em vigor, para fins de partilha de referido bem imóvel".

Sustenta que a parte final do artigo 5º da Lei 9.278/96 "previu exceção acerca da comunicação plena e irrestrita do(s) bem(ns) adquirido(s) onerosamente na constância da união estável, por um ou por ambos os conviventes, ao permitir que tal presunção seja afastada mediante estipulação contrária em contrato escrito", sendo inequívoco que as partes, no caso, "ao estipularem na indigitada escritura pública percentuais diferentes de propriedade visaram, pois, afastar a presunção legal de esforço comum do

Superior Tribunal de Justiça

imóvel adquirido a título oneroso, de modo que, uma vez dissolvida a união estável, prevalece os percentuais expressos no título aquisitivo lavrado pelo Tabelião de Notas"

Contrarrazões às e-stj fls. 909/912.

Sobreveio o juízo negativo de admissibilidade pelo Tribunal de origem (e-STJ, fls. 914/915), o que ensejou a interposição do presente recurso.

No agravo a parte conseguiu infirmar as razões da inadmissão do recurso especial.

É o relatório.

Decido.

Diante da relevância das razões apresentadas no agravo, deve ser determinada a sua conversão em recurso especial.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo para determinar a sua conversão em recurso especial.

Após a regularização do novo registro, voltem os autos conclusos para julgamento do recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 26 de novembro de 2019.

Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO
Relator